

MoçãoANEXO AO PONTO II - C)DOCUMENTO N.º 12**“Ampliação do Hospital de S. Bernardo e investimentos em equipamentos de cuidados de Saúde em Setúbal”**

No passado dia 27 de Março de 2019, a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) aprovou o Projecto de Construção de um Novo Edifício para o Hospital de São Bernardo. Esta nova infra-estrutura de saúde compreende a construção de raiz de um novo edifício de 4 pisos que visa acolher o novo serviço de urgências e todos os serviços actualmente a funcionar no Hospital Ortopédico do Outão. O edifício projectado representará uma expansão e uma modernização do Centro Hospitalar de Setúbal, que passará, com este investimento, a ter todos os serviços e valências a funcionar no mesmo espaço de forma integrada, na demanda de mais e melhor de resposta às necessidades da população do concelho de Setúbal a nível de cuidados de saúde.

Notícias recentemente publicadas vieram criar dúvidas sobre a concretização e o desenvolvimento do projecto de ampliação do Hospital de S. Bernardo do Centro Hospitalar de Setúbal por ausência de verba prevista no Orçamento do Estado para 2020, contrariando compromissos públicos e deliberações do anterior Governo.

Após uma análise aprofundada dos mapas e da proposta de lei que concretizam a proposta de Orçamento do estado para 2020 aprovada no passado dia 6 de Fevereiro, conclui-se que a verba de 11,1 milhões de euros referida no Relatório do Orçamento não existe. Do total de 304,8 milhões de euros de investimentos nas Entidades Públicas Reclassificadas do Ministério da Saúde, previstos para 2020, apenas 5,11 milhões se referem ao Centro Hospitalar de Setúbal, dos quais 1,62 milhões de euros se destinam a despesas de investimento em construção.

De facto, até hoje ainda ninguém foi capaz de identificar a rubrica orçamental onde se encontra tal verba, essencial para o lançamento do concurso público internacional para a concretização do projecto. Mesmo as declarações dos eleitos do PS, suporte do Governo minoritário, apenas confirmam que este se encontra a procurar meios de financiamento para o projecto que consideram necessário.

Considerando que:

- A alínea i) do n.º 1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77/2019, publicada no Diário da República n.º 84, Série I de 2 de Maio de 2019, que aprova o Programa de Investimentos na Área da Saúde e autoriza a respectiva despesa, prevê a construção de um novo edifício para o Serviço de Urgência do Hospital de S. Bernardo, do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E., no montante de € 17 163 291,82, incluindo IVA à taxa legal em vigor;



- A 13 de Maio de 2019, em entrevista publicada no jornal Diário da Região – Setubalense, foi anunciado que a ampliação do Hospital de S. Bernardo se iniciaria ainda em 2019, que 2020 seria o ano principal da construção, prevendo-se a sua conclusão em 2021;
- Segundo informações recolhidas junto do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Setúbal, o lançamento do concurso público internacional relativo à empreitada da construção da ampliação do Hospital de S. Bernardo, estando autorizado pela referida Resolução do Conselho de Ministros, carece de cabimentação orçamental para assegurar a aprovação pelo Tribunal de Contas;
- No Relatório do Orçamento do Estado para 2020 (pp. 186) o Programa de Investimentos na Área da Saúde tem previstos encargos de 11,1 milhões de euros para o Centro Hospitalar de Setúbal financiados pelo Orçamento do Estado para 2020;
- O Centro Hospitalar de Setúbal E.P.E. é uma entidade pública reclassificada, e que as entidades públicas reclassificadas, na sua génese jurídica, constituem entidades do sector público empresarial, mas que, por força da Lei de Enquadramento Orçamental e dos critérios definidos no SEC - Sistema Europeu de Contas Nacionais, são objecto de reclassificação para o âmbito das administrações públicas, sendo as suas contas relevantes para efeitos de apuramento dos agregados das contas públicas;
- O Mapa de Desenvolvidos Orçamentais dos Fundos e Serviços Autónomos do Ministério da Saúde que acompanha a Proposta do Orçamento do Estado para 2020 apenas prevê em investimento para construção de edifícios no Centro Hospitalar de Setúbal uma verba de € 1.623.797;
- Em 3 de Abril de 2019, através da Deliberação n.º 136/19 a Câmara Municipal de Setúbal aprovou o protocolo de cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P. e o Município de Setúbal com vista à construção de três unidades de saúde no concelho de Setúbal, na Freguesia de S. Sebastião, na União de Freguesias de Setúbal e na União de Freguesias de Azeitão;
- Em 23 de Dezembro de 2019, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo comunicou a aprovação da candidatura apresentada pela Câmara Municipal de Setúbal para financiamento da construção da Unidade de Saúde de Azeitão, no âmbito do Protocolo de Cooperação anteriormente referido.

A Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 28 de Fevereiro de 2020, delibera:

1. Exigir aos responsáveis governamentais pelas Finanças e pela Saúde todas as medidas políticas e financeiras necessárias ao imediato lançamento do concurso público internacional para a empreitada de ampliação do Hospital de S. Bernardo do Centro Hospitalar de Setúbal, previsto no Programa de Investimentos na Área da Saúde;
2. Exigir aos responsáveis governamentais pelas Finanças e pela Saúde a abertura de linhas de financiamento para a concretização do Protocolo de Cooperação entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Setúbal que assegure a construção de três unidades de saúde no Concelho de Setúbal, previstas para a União de Freguesias de Azeitão, a freguesia de S. Sebastião e para a União de Freguesias de Setúbal;



3. Saudar as populações, as comissões de utentes e todos os profissionais do sector da saúde, que tanto têm lutado para que estas infra-estruturas se tornem realidade, manifestando-lhes todo o seu apoio, solidariedade e empenho nesta demanda pela sua construção, que constituirá igualmente justo reconhecimento pelo seu incansável e abnegado trabalho.

Assembleia Municipal de Setúbal, 28 de Fevereiro de 2020

Remeter a: Ministro da Saúde, Grupos Parlamentares, ARS-LVT, Administração Central do Sistema de Saúde, ACES Arrábida, UCSP Azeitão, UCSP Praça da República, UCSP Santos Nicolau, e à Comunicação Social.

João
Amely
Wilar
Rogério Henri Soares